

# Brasil tem advogado americano para assessorar a renegociação

JORNAL DO BRASIL

- 8 DEZ 1985

*Fernando Martins*

**Brasília** — A estratégia da renegociação da dívida externa brasileira já está com o seu perfil traçado desde o final da semana passada. O trabalho contou com a consultoria de um advogado americano, Ely Whitney Debevoise, de um escritório com sede em Washinton, que presta seus serviços ao governo brasileiro desde maio de 1985. O diretor da dívida externa, Antonio de Pádua Seixas, e o diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, desmentiram ontem que o governo brasileiro esteja fazendo alguma auditoria para rever os contratos da dívida externa brasileira.

A renegociação da dívida para 1987 foi exaustivamente examinada pelo diretor do Banco Central, Antônio Pádua Seixas, pelo chefe do departamento jurídico do Banco Central, Luiz Carlos Sturzenegger e pelo advogado americano Ely Whitney Debevoise, membro do escritório Arnold and Porter, que presta consultoria ao Brasil desde maio de 1985, não só na área da renegociação da dívida externa como também em assuntos relacionados com outras áreas do Banco Central ligadas ao exterior. Esse escritório conta em seus quadros com William Rogers (ex-assessor jurídico do ex-presidente John Kennedy), Joseph Gunttag (ex-consultor do tesouro norte-americano), John D. Hawke (ex-consultor do Federal Reserve) e Robert Hertein (ex-sub-secretário para Assuntos de Comércio Internacional do governo dos Estados Unidos).

A vinda do advogado americano ao Brasil deve-se exclusivamente a problemas relacionados com a estratégia que o Brasil adotará na renegociação da dívida externa com os bancos credores. As negociações deverão ter início no próximo dia 15 e serão conduzidas pelo diretor da dívida externa, Antonio de Pádua Seixas, funcionário aposentado do Banco Central e que já trabalhou no Banco do Estado de São Paulo na Agência de Nova Iorque. Seixas prestou ainda assessoria ao grupo Bonfiglioli nos meses que antecederam a liquidação extrajudicial do conglomerado financeiro (que tinha como carro chefe o Banco auxiliar).

Tanto Pádua Seixas quanto Eduardo de Freitas desconhecem a informação publicada ontem pelo *Jornal Folha de S. Paulo* de que um escritório de advocacia americano estaria assessorando o Ministério da Fazenda e o Banco Central na revisão de dois mil contratos que regulam a dívida externa do Brasil com os bancos norte-americanos. Segundo o jornal paulista, o presidente José Sarney poderia — se constatadas irregularidades — “determinar a suspensão do pagamento de um ou de outro contrato, isoladamente, de forma a não caracterizar a declaração unilateral de uma moratória.”

Uma fonte do Banco Central informou que hoje o BC e o governo brasileiro estão mais aparelhados para discutirem determinados aspectos contratuais do que há três anos. A contratação desse escritório surgiu durante uma reunião na casa do então Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, da qual participaram,

entre outros, o então presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, e o diretor da área externa do Banco Central (que na época tratava da dívida também), Carlos Eduardo de Freitas. A reunião foi na noite do dia 30 de maio de 1985. Os participantes foram unânimes em apontar a necessidade de o Brasil contratar um escritório no exterior para a prestação de assessoria jurídica.

A consultoria geral do Ministério da Fazenda resistiu à idéia mas curvou-se diante das argumentações dos que se mostravam favoráveis à medida, inclusive o departamento jurídico do Banco Central: todos os devedores (com raríssimas exceções) contavam com esse tipo de assessoria; todos os bancos estrangeiros no Brasil também recorrem a advogados brasileiros; era preciso ter profissionais com domínio completo da língua inglesa e, o que é mais importante, conhecer as filigranas jurídicas da legislação comercial americana.

Francisco Dornelles, quando procurador-geral da fazenda nacional na década de 70, ao negociar o acordo de tributação com as autoridades americanas, contou com a assessoria do escritório de Arnold e Porter. Na mesma semana foi fechado um acordo de prestação de serviços com o escritório, renovado há poucos meses, depois de longas discussões entre o Banco Central e a procuradoria da Fazenda Nacional. No fechamento do acordo da fase II, em meados de 86, Antonio Pádua Seixas já contou com a consultoria dos advogados americanos.